



O TERRITÓRIO DA DOCÊNCIA: DILEMAS ENTRE ÁREAS DE FORMAÇÃO E DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL E IMPLICAÇÕES NO ENSINO

Camila Tatiane Silveira Alves ¹
Lígia Cardoso Carlos ²

RESUMO

O presente artigo visa apresentar ao leitor como o conceito de território pode ser utilizado para compreender a distribuição de docentes por escolas, levando em consideração a formação profissional dos sujeitos e suas áreas de atuação. Para a realização do estudo, considera-se apenas as séries finais do Ensino Fundamental que correspondem, portanto, do 6º ao 9º ano. Os componentes curriculares abrangidos pelo estudo são: Língua Portuguesa, Matemática, Educação Física, Ciências, Geografia, História, Arte, Língua Inglesa e Ensino Religioso. O recorte espacial da pesquisa é o município gaúcho de Canguçu/RS e o recorte temporal são os anos letivos de 2019 e 2020. Entre os principais referenciais teóricos destacam-se: Milton Santos, Turra-Neto e Marcelo Lopes de Souza. Para essa produção, adotou-se como metodologia uma breve revisão de literatura sobre o conceito de território e alguns dados iniciais da pesquisa de dissertação de mestrado. O artigo proporciona ao leitor um diálogo entre o território e a sua possível influência na organização de uma rede escolar e os impactos dessa relação no exercício da docência e no ensino ofertado nas escolas. Uma das principais contribuições do trabalho está no fato de conseguir associar um estudo sobre trabalho e formação docente sem abrir mão de relacioná-lo com a Geografia.

Palavras-chave: Território, Formação de professores, Trabalho docente, Geografia.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo mostrar al lector cómo se puede utilizar el concepto de territorio para comprender la distribución del profesorado por escuelas, teniendo en cuenta la formación profesional de las asignaturas y sus áreas de especialización. Para la realización del estudio se consideran únicamente los grados finales de la escuela primaria, que corresponden, por tanto, del 6º al 9º grado. Los componentes curriculares cubiertos por el estudio son: Lengua Portuguesa, Matemáticas, Educación Física, Ciencias, Geografía, Historia, Arte, Lengua Inglesa y Educación Religiosa. El marco espacial de la investigación es la ciudad de Canguçu / RS en Rio Grande do Sul y el marco temporal son los años académicos 2019 y 2020. Entre los principales referentes teóricos destacan: Milton Santos, Turra-Neto y Marcelo Lopes de Souza. Para esta producción se adoptó como metodología una breve revisión bibliográfica sobre el concepto de territorio y algunos datos iniciales de la investigación de la tesis de maestría. El artículo proporciona al lector un diálogo entre el territorio y su posible influencia en la organización de una red escolar y los impactos de esta relación en la práctica docente y en la enseñanza ofrecida en las escuelas. Una de las principales aportaciones del trabajo es que consigue asociar un estudio sobre el trabajo y la formación del profesorado sin dejar de relacionarlo con la Geografía.

¹ Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas - PPGeo/UFPel, alvescamila1998@gmail.com;

² Doutora em Educação e professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas - PPGeo/UFPel, li.gi.c@hotmail.com.



Palabras clave: Território, Formação del profesorado, Labor docente, Geografía.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma dissertação de mestrado em fase inicial na linha de pesquisa Educação Geográfica, Ensino de Geografia e Formação de Professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas - PPGeo/UFPel. A investigação realiza-se no município de Canguçu/RS e tem por objetivo principal compreender a distribuição dos docentes por escola, levando em consideração a formação profissional dos sujeitos e suas áreas de atuação. Tem como questão de pesquisa saber como as particularidades territoriais influenciam na organização do quadro de professores, implicam no exercício da docência e, conseqüentemente, no ensino. Nesta perspectiva, examina essa distribuição docente na rede pública municipal nos anos 2019 e 2020 e utiliza o território enquanto categoria central de análise.

Considera-se neste estudo apenas os docentes do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), visto a ampliação da matriz curricular em relação ao Ensino Fundamental I, o número de professores por turma nessa etapa da Educação Básica e a baixa carga horária para algumas áreas do conhecimento, como por exemplo, Arte, Ensino Religioso e Língua Inglesa, algo que pode ser um fator que contribui para a instituição da prática da complementariedade de carga horária com distintas disciplinas. Neste sentido, a pesquisa irá abranger nove componentes curriculares que exigem habilitação específica na área, sendo eles: Língua Portuguesa, Matemática, Educação Física, Ciências, Geografia, História, Arte, Língua Inglesa e Ensino Religioso.

Pretende-se que ao final do estudo se tenha o mapeamento da área de formação e de atuação dos docentes em toda a rede municipal na etapa de escolarização indicada. Este estudo advém da percepção e preocupação com a falta de compatibilidade, em alguns casos, entre a formação e o exercício da docência, isto é, com a atuação sem a adequada habilitação. Chega-se a essa hipótese a partir das vivências da primeira autora enquanto aluna da rede de ensino investigada e de estudos anteriores realizados para a conclusão no curso de licenciatura em Geografia.

A pesquisa insere-se no marco da análise qualitativa e pode ser entendida como de abordagem sócio-espacial. Para a fundamentação e viabilização do estudo, utiliza-se de documentos com dados sobre a composição e distribuição docente da rede escolar, os quais serão analisados considerando índices estaduais, regionais e nacionais. Destaca-se, ainda, o



procedimento teórico-metodológico que abarca três eixos: formação de professores, trabalho docente e território. No recorte deste texto apresentamos uma revisão teórica que permite contextualizar a importância do território para o estudo proposto e depois contrasta-se com alguns dados já coletados.

O texto encontra-se organizado em cinco partes. Nesta primeira parte está a introdução do artigo que é importante para contextualizar o leitor e subsidiar o restante da produção. Em um segundo momento é possível o contato com a metodologia do estudo que permite saber como ocorre a viabilidade de execução da pesquisa e a seguir o referencial bibliográfico que busca situar o leitor da linha de raciocínio traçada para esta produção. Na quarta parte, será possível encontrar os resultados e discussões que trarão os principais achados da investigação e por último as considerações finais que fornecem a síntese das ideias e os próximos passos a serem dados.

METODOLOGIA

A metodologia do artigo consiste em uma revisão de literatura sobre o conceito de território e a análise de alguns dados iniciais da pesquisa apresentada. Para compreender como chegou-se a utilização do território na investigação, é preciso indicar que se trata de uma pesquisa sócio-espacial baseada nos escritos de Marcelo Lopes de Souza em seu livro “*Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*”. Dessa forma, é necessário que se recorra a alguns fragmentos do livro mencionado na tentativa de contextualizar a abordagem sócio-espacial do estudo.

Para o autor em destaque, a pesquisa sócio-espacial reúne os esforços da investigação científica onde as relações sociais e o espaço são ambos valorizados e articulados entre si com densidade durante a construção do objeto e da pesquisa propriamente dita (SOUZA, 2020). Por este motivo, não se coloca um objeto de estudo sobre o outro, mas sim busca-se considerar ambos como sendo fundamentais para a análise da distribuição docente a ser realizada no recorte espacial já mencionado. Sendo assim, tanto as escolas e seus docentes quanto o próprio território tem um papel imprescindível para o estudo. Caso fosse de outra maneira a pesquisa perderia o seu sentido. Por isso, trata-se de uma pesquisa sócio-espacial “no qual o “sócio”, longe de apenas qualificar o “espacial”, é, para além de uma redução do adjetivo “social”, um indicativo de que se está falando, direta e plenamente, também das relações sociais” (SOUZA, 2020, p. 16).



O território emerge enquanto um conceito fundamental, pois:

Da perspectiva da pesquisa sócio-espacial, é como se tivéssemos duas “camadas” ou dois níveis de conceitos primordiais, sendo o conceito de espaço geográfico um pouco mais amplo, e o de espaço social (que equivale a uma qualificação do espaço geográfico) podendo ser compreendido como mais específico e, a rigor, mais central. Das interfaces do espaço social com as diferentes dimensões das relações sociais emergem os conceitos de território, lugar e muitos outros, que podem ser vistos como conceitos derivados (SOUZA, 2020, p. 32).

Nesse sentido, o território “como projeção espacial de uma relação de poder, (...) é no fundo, em si mesmo, uma relação social. Mais especificamente uma relação social diretamente espacializada” (SOUZA, 2020, p. 35), algo que o leitor poderá constatar no decorrer das próximas páginas. Souza (2020) salienta que não se trata de separar completamente a ideia de território de sua materialidade, visto que essa lhe serve de referência. Todavia, é importante que se tenha domínio do conceito de território, pois como bem pontua o autor (2020), a palavra território vem sendo amplamente utilizada tanto em pesquisas quanto em falas cotidianas. Entretanto, para muitos o território ainda é visto somente como uma extensão de terra e ao se utilizar o conceito de território sem a dosagem necessária de cuidado, ele pode ser confundido com outros conceitos tais como espaço e lugar.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta produção consiste em teóricos que trabalharam ou estão trabalhando em significativa parcela de seus estudos com o conceito de território. Entre os quais destacam-se: Milton Santos (1999), Turra-Neto (2015), Saquet (2007) e Marcelo Lopes de Souza (2020).

Para Saquet (2007, p. 71), “o território significa identidade, entendida como produto de interações recíprocas, de territorialidades, no âmbito das relações que acontecem entre a sociedade e a natureza”. Nesse sentido, entendemos que o território e o trabalho docente configuram um entrelaçamento dotado de relações sociais porque existe a troca constante dos sujeitos com seus pares, com os outros e destes com o próprio território. Esse pensamento encontra articulação com o de Turra Neto, pois para ele:

Território seria um tipo particular de ação, que articula a materialidade e sujeitos sociais em relação, tanto com esta materialidade, quanto entre si e com os outros. Território existe porque existe coexistência da diversidade num mesmo lugar, o que demanda negociação, diálogos, conflitos, forçando os diferentes grupos a se relacionarem com os outros pela demarcação de pedaços com sua identidade e, a partir destes estabelecer uma relação com a alteridade (TURRA-NETO, 2015, p. 56).

No âmbito escolar, isso é expresso nas narrativas que demonstram o sentimento de posse ou pertencimento a algo e em contraste com aquilo que é de outros. Isso pode ser observado



nas frases cotidianas de “minha escola”, “escola de fulano”, “minha turma”, “tua turma”, “nossos alunos”, por exemplo. O interessante é que até nessas frases cotidianas há relações sociais e de poder envolvidas, ainda que por vezes as disputas de poder não sejam tão visíveis a todos. Referente a esse aspecto, é possível ilustrar até mesmo com as negociações de atuação em determinada escola ou turma. Não raro existem professores disputando além de uma vaga de emprego, a atuação docente em alguma escola ou turma específica e isso acarreta em uma série de tratativas com os órgãos responsáveis pela distribuição dos docentes ou com quem faz a distribuição interna dos professores na escola e até mesmo entre os candidatos. A conduta exposta nitidamente revela uma disputa de poder pelo território docente.

Marcelo Lopes de Souza indica que essas relações sociais estabelecidas dialogam constantemente com o conceito de prática espacial. Para o autor,

[t]odas as práticas espaciais, repito, são sociais. Práticas espaciais são práticas sociais em que a espacialidade (a organização espacial, a territorialidade, a “lugaridade” ...) é um componente nítido e destacado da forma de organização, do meio de expressão e/ou dos objetivos a serem alcançados. Toda prática espacial, assim como, mais amplamente, toda prática social, é uma ação (ou um conjunto estruturado de ações) inscrita nos marcos de relações sociais. Por isso é importante articular o conceito de prática espacial com os de relação social e ação social (SOUZA, 2020, p. 241).

Por esse ponto de vista, podemos observar que desde a distribuição dos docentes até a inserção destes na comunidade escolar está impregnada de relações e ações sociais, além de despertar nos indivíduos o sentimento de pertencimento com o seu local de trabalho visto que para muitos docentes torna-se o seu segundo lar. Esse sentimento de pertencimento é refletido por Milton Santos ao direcionar que o território,

[...] não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 8).

Essa construção da identidade exige constantes disputas de poder, por isso Souza (2020, p. 78), entende que o território é em essência “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Contudo, essa aproximação primeira não deve ser compreendida como um conceito fechado, mas sim como o ponto de partida para um pensar reflexivo sobre o território. Fica evidente que o território e o poder são conceitos interligados, ou seja, não é coerente tentar dissociá-los. Sendo assim, “não é apenas o território que só pode ser concebido, concretamente, com a ajuda da ideia de poder [...] também o poder só se exerce com referência a um território e, muito frequentemente, por meio de um território” (SOUZA, 2020, p. 87). Aprimorando a conceituação de território, em uma segunda aproximação o autor esclarece que



os territórios são relações sociais projetadas no espaço enquanto campos de força e não propriamente espaços concretos.

Turra-Neto (2015), também compartilha da ideia de campo de forças, fazendo menção ao próprio Marcelo Lopes de Souza:

A especificidade do conceito de território está no “campo de forças” (expressão de SOUZA, 2001), nas negociações entre os diferentes grupos, que desenham limites e alteridades, nas disputas por uma mesma materialidade, articulada na formação de espaço de ambos, pelas suas ações e práticas (TURRA-NETO, 2015, p. 56).

À vista disso, podemos configurar a própria instituição escolar enquanto um território, pois nela há constantes conflitos, relações sociais e relações de poder. Sendo assim, quando passamos a incorporar o território na pesquisa em desenvolvimento não estamos apenas nos limitando ao seu aspecto de materialidade que ainda é muito atribuído a esse conceito e que também é importante de ser observado conforme já foi apontado. Mas atrela-se a essa dimensão, a tentativa permanente de o observar em todos os seus aspectos que são múltiplos, porque:

No território, há temporalidades e territorialidades, des-continuidades; múltiplas variáveis, determinações e relações recíprocas e unidade. É espaço de vida, objetiva e subjetivamente; significa chão, formas espaciais, relações sociais, natureza exterior ao homem; obras e conteúdos. É produto e condição de ações históricas e multiescalares, com desigualdades, diferenças, ritmos e identidade(s). O território é processual e relacional, (i)material (SAQUET, 2007, p. 73).

Nesta perspectiva, ao analisarmos a distribuição dos professores por escolas talvez seja possível identificar alguns movimentos que possam estar associados com os aspectos materiais, mas que ao decorrer do tempo tornam-se ações históricas que refletem também algumas disputas de poder, jogos de interesse e permanentes relações sociais pelo território em questão. Desse maneira, Silva (2009, p. 114) consegue ilustrar com precisão o que está colocado, pois “[a] criação de um território por grupos em conjunto implica sempre uma organização das suas relações sociais que podem estar vinculadas tanto aos aspectos materiais, fixos no território, quanto aos simbólicos, que na maioria das vezes permeiam os espaços fixos”.

Diante disso, a pesquisa poderá revelar territórios privilegiados para a docência considerando tanto sua face material relacionada as suas próprias especificidades territoriais como a localização dos educandários, quanto sua face simbólica relacionada a atuação em escolas popularmente de melhor prestígio. Nesse sentido, nitidamente, tem-se o entrelaçamento entre o apreço pela dimensão material e pelo caráter simbólico daquele território para o exercício da docência. Turra-Neto frisa que as ações que constituem território são aquelas cuja

[...] a formação de espaço abrange certa materialidade em que se deve marcar e demarcar a diferença em relação a outros, negociar e impor sua presença e visibilidade em meio a formações espaciais outras, ou em meio a formação espacial hegemônica, que tenderia a apagar ou invisibilizar sua presença em relação, num certo lugar, onde se realiza um encontro negociado. Ou seja, aquelas ações para as quais a materialidade do espaço é um recurso para afirmação social, política, para expressão e realização da



alteridade, dos seus desejos, pulsões, encontros, em que a apropriação de uma área (de forma efêmera ou permanente) joga um papel crucial nas interações sociais com os outros e que permite ao grupo afirmar-se (TURRA-NETO, 2015, p. 56).

Realizada essa discussão de referenciais teóricos pertinentes a temática trabalhada, espera-se ter explicitado o papel crucial que o território, enquanto uma categoria de análise, vai desempenhar no estudo, uma vez que ele consegue permear por todos os aspectos que envolvem a pesquisa e será utilizado para analisar a distribuição dos docentes das séries finais do Ensino Fundamental por escolas, considerando sua área de profissionalização, mas também a sua área de atuação docente. Além disso, será capaz de abranger as relações entre os sujeitos e destes com o próprio território e revelar possíveis compreensões para os índices de divergência entre a formação acadêmica e os componentes curriculares ministrados pelos professores abarcados na rede selecionada para a pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, serão compartilhados os primeiros achados do estudo e realizada as problematizações oportunas. Ratifica-se que a pesquisa ainda está imbuída em uma fase inicial de estruturação e coleta de dados, mas que algumas problemáticas já podem ser exibidas.

A rede municipal de Canguçu/RS possui 30 escolas de Ensino Fundamental completo, sendo que 25 estão localizadas na zona rural e 5 na zona urbana (SEDUC/2021) Entretanto, destaca-se que entre as 25 escolas situadas na área rural, 10 são definidas como escolas do campo e possuem metodologia específica, inclusive no tocante ao horário e dias de permanência dos alunos nas escolas, visando a construção de conhecimentos compatíveis com a realidade em que estão inseridos os estudantes. Escolas do campo, de acordo com o Decreto nº 7.352 de 04 de novembro de 2010, são aquelas que se situam em áreas rurais, definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou até mesmo em áreas urbanas, desde que atendam de forma predominante as populações do campo. Cabe salientar que 63% da população canguçuense, em 2010, residia na zona rural (IBGE, 2010).

Em 2020, segundo o IBGE, o município do estudo, Canguçu/RS, possuía 3.526,253 km² de extensão territorial encontrando-se subdivido em 5 distritos. A população estimada para o ano de 2021 é de 56.370 pessoas e a densidade demográfica era de 15,11 habitantes/km² no ano de 2010.

No tocante a disciplina de Geografia em 2019, o cenário para a docência nesta disciplina abrangia apenas 41,94% dos docentes com habilitação profissional na área, ou seja, menos da



metade dos professores que atuavam em Geografia eram formados para essa função. Outros 41,94% eram habilitados em História e o restante em outras áreas do conhecimento.

Analisando esse cenário, em que licenciados em Geografia e História possuem os mesmos índices de representação, imagina-se que possa ocorrer o efeito de, ao se contratar ou nomear um professor de História ou Geografia, que este acabe assumindo a docência dos dois componentes curriculares para o cumprimento da carga horária. Contudo, embora sejam da área das Ciências Humanas, seus objetos de estudo são distintos. Souza (2015, p. 31), observa que “a geografia ministrada pelos licenciados em história acaba por não fazer uso da abordagem geográfica dos fenômenos, processos e paisagens estudadas, tendendo [...] a uma abordagem ‘historicista’ do conteúdo”.

Tais considerações são interessantes ao buscarmos também a análise dos últimos editais de concurso público para o município na qual se realiza a pesquisa, conforme demonstra a tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Editais de Concurso Público em Canguçu/RS e as vagas para professores do Ensino Fundamental II

Componentes Curriculares	Concurso nº 01/2012	Concurso nº 001/2016
Língua Portuguesa	CR	—
Matemática	CR	—
Ciências	—	—
Educação Física	CR	—
História	CR	—
Geografia	CR	—
Ensino Religioso	—	—
Língua Inglesa	—	—
Arte	—	—

Fonte: Editais nº 01/2012; nº 001/2016.
Organização: Autoras, 2021.



Como pode ser constatado na tabela exposta anteriormente, o edital n° 001/2016 não ofertou vaga para professores licenciados nos componentes curriculares do Ensino Fundamental II. Verifica-se ainda, quando observado os anos em que foram realizados os concursos públicos, que alguns componentes curriculares como Língua Inglesa, Ciências, Arte e Ensino Religioso possuem quase uma década sem nenhum professor com nomeação para a docência nessas disciplinas.

Refletindo sobre o cenário retratado, dar visibilidade para os índices de professores que ministram disciplinas específicas sem adequada formação em Canguçu/RS é necessário e urgente, pois certamente é um problema que vem se perpetuando a cada novo ano letivo e dificultando a inserção de novos professores no serviço público via concurso. Além disso, é uma pesquisa local que não está desconectada da realidade vivenciada em outros municípios e estados brasileiros.

Pautando-se na literatura de base e na análise dos dados demonstrados ao decorrer deste artigo, tem-se a convicção de que eles podem ajudar a demonstrar o porquê do território para este estudo ser de extrema importância, uma vez que com o prosseguimento da pesquisa, será possível contrastar a análise desses dados iniciais com a divergência entre as áreas de formação e exercício docente, considerando as particularidades territoriais do município e, conseqüentemente, algumas relações sociais que podem vir a contribuir para a organização da rede de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento, é relevante que se retorne ao objetivo principal deste artigo que consiste em revisitar alguns marcos teóricos que fundamentam a escolha do território enquanto categoria de análise para o estudo maior e almeja-se que este tenha sido contemplado ao decorrer da escrita. Ao realizar o diálogo com alguns dos principais autores sobre a temática buscou-se de forma concomitante a associação com alguns questionamentos da pesquisa de mestrado que encontra-se na fase de coleta de dados.

Revela-se ainda a necessidade da realização de estudos que associem o território com os processos de profissionalização e trabalho docente, pois esse é um campo promissor para futuras investigações acadêmicas que busquem demonstrar, sobretudo, a realidade da educação básica brasileira. Mostra-se ainda que é possível realizar estudos sobre a docência sem deixar



o viés geográfico de lado, sendo que essa configura-se como uma importante contribuição deste trabalho.

Pelo exposto, estima-se que tenha ficado identificada a justificativa da utilização do território enquanto um elemento de enorme relevância para analisar a distribuição dos docentes das séries finais do Ensino Fundamental, considerando sua área de profissionalização e área de atuação, visto que abrange as relações entre os sujeitos e destes com o próprio território. Observa-se, ainda, que a associação do território com os processos de profissionalização e trabalho docente articula o campo da Geografia com o campo da formação de professores e do ensino e tende a propiciar inclusive uma melhor compreensão de dados, como os do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) municipal, considerando possíveis contrastes dentro do próprio município que podem indicar escolas e áreas do conhecimento privilegiadas para o exercício docente e para o ensino.

Ademais, a preocupação com o ensino que é ofertado nos educandários brasileiros deve ser pauta ininterrupta para a sociedade que quer visualizar o avanço do país. Afinal de contas, uma educação de qualidade perpassa pela adequada formação dos docentes e pelo próprio bem-estar destes no exercício diário da profissão. Com certeza, é desconfortante para o professor se sentir improvisado na docência de um componente curricular, visto que ele não tem amparo formativo para isso. Soma-se a isso outros possíveis prejuízos pedagógicos para os alunos e professores. A educação jamais deve permitir ser vista como um ramo de “gambiarras” profissionais.

Ainda, como acréscimo para pensar a formação e o trabalho docente no Ensino Fundamental II, é preciso estar atento ao objeto de trabalho dos professores, pois “o objeto do trabalho dos professores são seres humanos individualizados e socializados. As relações que eles estabelecem com seu objeto de trabalho são, portanto, relações humanas, relações individuais e sociais ao mesmo tempo” (TARDIF, 2014, p. 128). As relações estabelecidas entre professores e alunos podem perpassar por fatores relacionados a fragilidade da formação docente, pois podem causar insegurança, receio e dúvidas para ambos os lados, visto que o trabalho do professor é exposto à toda comunidade escolar.

Em suma, é importante que se enfatize que a formação inicial na área de atuação não garante sozinha o sucesso do trabalho docente, pois como afirmou Freire (2002), somos seres inacabados e continuaremos a ser, independente dos títulos que dispomos. Dessa forma, o que se preconiza é que o professor tenha condições ideais de realizar seu trabalho e isso decorre, dentre muitos esteios, pela sólida formação inicial e continuada. Sendo assim, não é um objetivo deste estudo reduzir a docência a simples aplicação de conteúdos em sala de aula, mas sim



buscar ratificar que o docente conheça a sua disciplina de atuação visto que esse é um dos pilares para que o aluno consiga atingir uma educação integral.

Estima-se que este trabalho possa servir como aporte para pesquisas futuras em outros recortes espaciais e sirva como reflexão para alguns dos atravessamentos cotidianos que envolvem os processos de formação do professor, o trabalho docente desenvolvido nas escolas e o ensino a qual estão expostos os alunos. Que a pesquisa sócio-espacial possa ser vista como alternativa para investigações na área da educação que visem permanentemente a melhoria deste setor fundamental para o desenvolvimento do país e de seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7.352 de 04 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, 2010.

CANGUÇU (RS). **Edital de Concurso Público nº 01/2012**. [Concurso público para provimento de cargos públicos]. Canguçu: Prefeitura Municipal de Canguçu, 2012.

CANGUÇU (RS). **Edital de Concurso Público nº 001/2016**. [Concurso público para provimento de cargos]. Canguçu: Prefeitura Municipal de Canguçu, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo de 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/cangucu.html>. Acesso em: 22 jul. 2021.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, ano 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade*. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. Estado do Rio Grande do Sul. **Busca de escolas**. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/busca-de-escolas>. Acesso em: 10 de ago. 2021.



SILVA, Carla Holanda. Território: uma combinação de enfoques - material, simbólico e espaço de ação social. **Geografar**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 98-115, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa Sócio-espacial**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2020.

SOUZA, Marco Antonio. A problemática da prática pedagógica dos professores de História que lecionam Geografia: notas para um debate. **Geosaberes**, v. 6, nº 11, p. 28-36, 2015.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TURRA NETO, Nécio. Espaço e lugar no debate sobre território. **Geograficidade**, Niterói, v. 1, n. 5, p. 52-59, 2015.